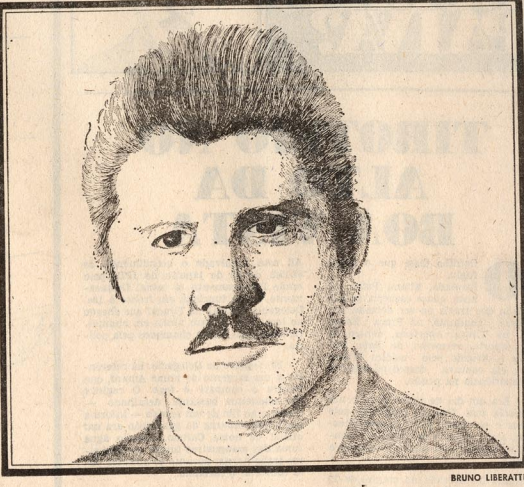
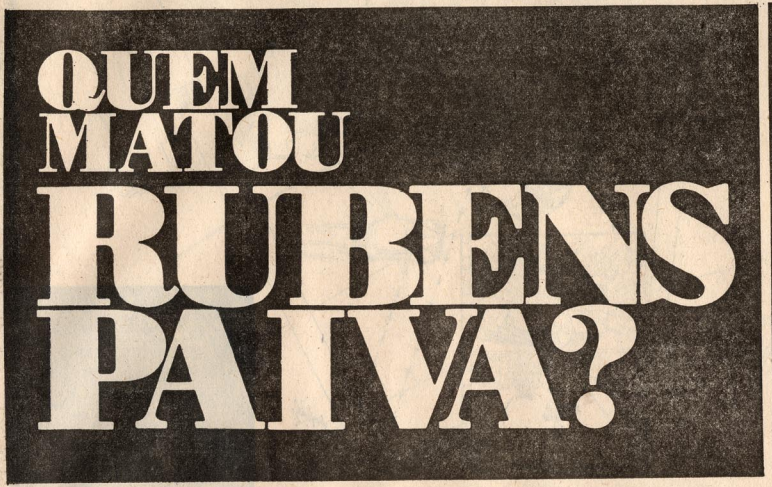


JORNAL DO BRASIL

ESPECIAL



Fritz Usteri
e Heraldio Dias

ex-Deputado federal Rubens Beltroni Paiva, que aparece em listas de pessoas desaparecidas desde 1971, provavelmente morreu no dia 21 de janeiro desse ano, sob guarda do DOI-CODI, sediado no quartel da Polícia do Exército, no Rio, devido a maus tratos que sofreu no dia anterior, no quartel da III Zona Aérea.

A versão oficial, sustentada desde a época pelos órgãos de segurança, explica o desaparecimento de Rubens Paiva como consequência de um sequestro armado por grupo possivelmente terrorista no Alto da Boa Vista, a apração do incidente foi prometida, mas ainda não se conhece seus autores nem a organização responsável.

Gordo, cardíaco, diabético, de 41 anos, Rubens teria fugido em meio a intenso tiroteio de armas automáticas entre três militares e "seis a oito elementos". Apesar de suas limitações físicas, Rubens, pelo relato oficial, atravessou duas vezes as pistas de nove metros da Av. Edson Passos, saindo do banco traseiro de um Volkswagen em chamas, varado por 24 tiros.

O sequestro ocorreu às 4h30m de 22 de janeiro de 1971, mas cerca de 30 horas antes Rubens chegou ao quartel da PE bastante machucado e deitado no fundo de um carro, sem condições de sentar. Há uma testemunha, transportada com ele no mesmo carro, que confirma detalhes da transferência, pois vinham da III Zona Aérea.

Não consigo respirar.

Sentada, junto dele, a professora Cecília Vilela de Castro, presa poucas horas antes de Rubens, porque trazia do Chile correspondência a ele destinada, ouviu a queixa do homem deitado a seus pés. Ela sabia, com certeza, quem estava ali: as filhas de Rubens Beltroni Paiva tinham sido suas alunas no Colégio Sion, no Rio.

Um voo para 70 banidos

O desaparecimento de Rubens Paiva está ligado ao primeiro voo Santiago-Rio logo após a chegada ao Chile de 70 presos políticos presos pelo Embaixador social-Érico Bucher, sequestrado no Rio. Entre os passageiros, Cecília Vilela de Castro e Marilena Corona, que voltavam de uma visita ao filho e irmã, ambos exilados naquele país. Há várias cartas e dois remanescentes já conhecidos, o ex-deputado Aldo Amonim, amigo pessoal de Rubens, e Helena Bocaliva, que ele ajudara a sair de Brasil.

Cecília e Marilena ignoravam que todos os brasileiros daquele voo eram especialmente visados e sua detenção, no aeroporto do Galeão, ocorreu quando agentes de segurança da Aeronáutica descobriam as cartas. Dall foram levadas para a 3a. Zona Aérea (hoje o 3.º Comando Aéreo Regional — 3.º Comar) — o 3.º ao aeroporto Santos Dumont). Há domínio de 19 de janeiro de 1971, vespéra do dia de São Sebastião, um feriado comemorado no Rio.

Enquanto isso, o marido de Cecília, o advogado Eurico Viveiros de Castro, viu de uma drama particular. Do aeroporto do Galeão, onde ele estava, saiu tranquilo — é ele quem conta — com a vaga informação de que não constavam das listas de passageiros. De casa, telefonou para o Chile e seu filho Rodrigo Viveiros, casado com Jane Corona, irmã de Marilena, confirmou o contrário, pois viria a mãe entrar no avião. Ele começou a procurar na mulher e a irmã de sua noiva.

A mulher ao telefone

As coisas eram individuais e pequenas, segundo Bruno. Tinha instalado uma rede de segurança, mas a porta se resumia a uma grade de ferro; assim, "a guarda era toda constituída por soldados da PE e, portanto, o uso do chuveiro ou dos sanitários era feito de maneira a não constranger o preso". Rubens ficou preso, incommunicable, durante 13 dias, e Eliana foi solta no dia seguinte à prisão.

Maria Lúcia Eulene Facinello Paiva, mulher de Rubens, narrou a história da prisão em cartas que enviou a várias personalidades do país. Seu relato pode ser resumido: seis homens em trajes civis, todos armados, não se identificaram e comunicaram que tinham ordens — não exibidas — de levá-lo para a Aeronáutica.

Os invasores da casa estavam nervosíssimos — contou ela, numa carta — como se fossem tomar um apartamento ou uma fortaleza, não sei. Rubens conseguiu acalmá-los, pediu que guardassem as armas para não assustarem as crianças e os empregados e se dispôs, prontamente, a acompanhá-los. Rubens tranquilamente para o nosso quarto, vestiu-se, chamou os policiais (ou militares) apresentou-se a cada um deles, disse-lhes que eram nossos hóspedes e que a casa estava a disposição deles.

Cuio o próprio carro

Rubens Paiva, conta, nas cartas, que Rubens saiu de casa dirigido o próprio carro, onde entraram também dois policiais. Quatro policiais ficaram na casa e eram substituídos a cada seis horas por outros quatro. Há uma única referência, nos textos, e, aliada assim, vagar, de identificação — "um deles, que me pareceu o chefe, declarou chamar-se Dr. Stockler e é edia doutor em Parapsicologia".

A casa — contou ela — ficou ocupada durante 24 horas, até às 11 horas da manhã do dia 21. Durante todo esse tempo ninguém podia usar o telefone nem sair. Quem entrasse na casa seria detido imediatamente. Foi assim que prenderam três rapazes, amigos da família que vieram visitar minha filha, um deles com apenas 13 anos de idade. Os três foram levados para um quartel no Alto da Boa Vista (Rubens Paiva está equivocada no detalhe: não há quartel no local e sim uma delegacia policial que, na época, era usada para a triagem de presos políticos) onde passaram a noite e só foram soltos na manhã seguinte.

A notícia da prisão de Rubens correu rápido dentro do seu grande e influente círculo de amizade. Um de seus filhos, Marcelo, o Cico-direito, então com 12 anos, chegou a recusar-se com os captores do pai e até disputou com eles partidas de futebol de botão e cartas. Ganhando a simpatia dos policiais, ele conseguiu, apesar da ocupação militar da casa, levar um bilhete de sua mãe para os vizinhos. A nota, que dizia que estavam visitando, foi levada dentro de uma caixa de fósforos.

A primeira pessoa a se movimentar foi o Industrial Lúcio Fernando Bocaliva, filho de Cecília e Rubens e então nas colunas sociais como Eulene Bocaliva. Ele anunciou o advogado Lino Machado. Outro amigo, o ex-Ministro da Saúde do Governo Getúlio, Sr. Wilson Figueiredo, também foi chamado. Rubens não foi ferido e já o tinha transferido para o dia 21. Sem suspeitar de nada, Padu procurou um amigo comum, o ex-Deputado José Aparecido (atualmente assessor do Senador Magalhães Pinto), que lhe transmitiu a primeira suspeita de prisão.

Os dois decidiram ligar para Rubens. Vigilada pelos policiais (ou militares) ela informou a ambos, vagamente, que Rubens estava viajando. Rubens lembrou de muitos telefonemas de amigos, insistindo, alguns deles, se ele precisava de ajuda, e a todos ela respondia evasivamente a mesma coisa, tentando evitar a conversa telefônica.

Todos os esforços da família e dos amigos para localizá-lo não deram resultados. A 20 de fevereiro, um mês depois, a família foi recebida, em casa, pelo então Ministro da Justiça, Sr. Alfredo Buarque (ele próprio parente recente), que admitiu a possibilidade de Rubens estar se escondendo "alguns arranhões", mas garantia uma solução dentro de 15 ou 20 dias. Rubens já estava morto, informado que um ofício superior, na época da ativa, apurou, a pedido de amigos de Rubens.

No dia 21 de janeiro de 1971, Rubens e sua filha Eliana foram, por sua vez, levadas para o quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, na Tijuca. Ambas estavam entubadas. Na prisão — ela conta a situação também em cartas — foram revistas, fotografadas, identificadas e depois separadas. Deixadas às 11 horas, foram forçadas a permanecer sentadas durante seis horas em incômodos banquinhos.

Banho diante do soldado

As coisas eram individuais e pequenas, segundo Bruno. Tinha instalado uma rede de segurança, mas a porta se resumia a uma grade de ferro; assim, "a guarda era toda constituída por soldados da PE e, portanto, o uso do chuveiro ou dos sanitários era feito de maneira a não constranger o preso". Rubens ficou preso, incommunicable, durante 13 dias, e Eliana foi solta no dia seguinte à prisão.

época, o sistema atribuído à fuga de Rubens — o único preso político a conseguir liberdade em tais circunstâncias. Do ponto-de-vida dos órgãos de segurança, Cecília poderia, no mínimo, ter importância como correio da organização a qual pertenceria o ex-Deputado. A peculiaridade, incomum na época, pode ser explicada pela atuação (ou posição) amigo militar da família. Na época, Eurico Viveiros de Castro conta que indagou o destino de Rubens, mas recebeu a recomendação de que se aliviasse apenas à própria família.

Em 30 de junho de 1971, Cecília Viveiros de Castro escreveu uma carta a Rubens Paiva. No primeiro parágrafo, explica as suas razões para fazê-lo.

— Tendo lido nos jornais — escreveu ela — notícias desencontradas e mesmo alarmantes, imagino o sofrimento da senhora e das meninas, minhas ex-alunas no Colégio Sion, nesta fase de incerteza quanto ao paradeiro do Dr. Rubens. Gostaria de minorar, de algum modo, a sua angústia, dando-lhe conhecimento do que sei a respeito de seu marido.

Nestes interrogatórios, Rubens ficou sabendo da prisão de duas pessoas que vinham do Chile com várias cartas para seu marido: "nunca vi estas cartas, nem sei o que continham nem quais elas enviou".

Entre os interrogatórios, Rubens era constantemente obrigada a ver coleções de fotografias; exigiam que as identificasse. Rubens conta que, além da família — viu fotos de Rubens, de Eliana e de si própria — só identificou Cecília Viveiros de Castro, Cecília e Marilena, na sua passagem pela PE, foram submetidas à mesma rotina de examinar fotografias, segundo informou o marido da primeira.

Cecília e Marilena ficaram pouco tempo na PE. Sairam de lá na tarde de 21 de fevereiro de 1971, graças à intervenção de um amigo militar cuja identidade Eurico Viveiros de Castro preserva. Ambas foram transferidas para o 8.º Grupo de Artilharia de Costa Motorizada, no Leblon, de onde seriam libertadas dias mais tarde. A partir da transferência, segundo o advogado, o tratamento foi correto e não passaram por novos interrogatórios. Eurico Viveiros de Castro não permite contatos com Cecília para falar sobre o assunto; diz que ela ficou muito traumatizada com a prisão, experiência que deseja esquecer, e que a insistência poderia arruinar sua vida.

"Louro de olhos azuis"

A morte de Rubens Beltroni Paiva somente poderá ser definitivamente esclarecida, em todos seus pormenores, quando for reconhecida sua passagem pela 3a. Zona Aérea, comandada, em 1971, pelo Brigadeiro João Paulo Burnier. Até hoje não se conhecem versões sobre o que lhe realmente ocorreu.

Fontes militares consultadas insistem numa cena de violência brutal, motivada por razões de revolta de Rubens durante o interrogatório. A mesma convulsão é compartilhada pelos poucos civis integrados do caso, que apontam como causa mediada da morte uma surra que reduziu Rubens a uma "poça de sangue", expressão usada tanto por civis, como por militares.

Na 3a. Zona Aérea, Rubens, Cecília e Marilena foram acauteladas. De pé e próximos a uma parede, os três permaneceram muito tempo com os braços para o alto, num recinto descalço. Com a longa duração do castigo, umas das mulheres fraquejou, sendo prontamente amparada por Rubens, que estava ao lado dela.

A atitude do ex-deputado, que abandonou o castigo, irritou o chefe do interrogatório, que chamou "um oficial louro de olhos azuis", que o atacou. Ao ser golpeado, Rubens, reagiu com um palavrão e o xingamento provocou a ira do oficial e de outros militares do Sion que acompanhavam o interrogatório. O ex-Deputado foi duramente arrastado.

— Vocês vão matá-lo — gritou uma das mulheres.

Esta segunda reação pôs o oficial "louro de olhos azuis" completamente fora de si, agarrando a mulher pelos cabelos, forçou-a a aproximá-lo de Rubens, já estirado no chão e bastante ferido.

— Aqui não se tortura. Isto é uma guerra — gritou o oficial.

Nestas condições, mas ainda consciente e vivo o ex-Deputado foi transferido, com Cecília, no mesmo carro, para o quartel da Polícia do Exército. Marilena seguiu num segundo carro e, na PE, não viu mais Cecília. As duas só voltaram a se encontrar no quartel do Leblon, quando já aguardavam libertação.

Desde que foi libertada, Cecília Viveiros de Castro não foi mais procurada pelos órgãos de segurança, apesar da importância que, na

época, o sistema atribuído à fuga de Rubens — o único preso político a conseguir liberdade em tais circunstâncias. Do ponto-de-vida dos órgãos de segurança, Cecília poderia, no mínimo, ter importância como correio da organização a qual pertenceria o ex-Deputado. A peculiaridade, incomum na época, pode ser explicada pela atuação (ou posição) amigo militar da família. Na época, Eurico Viveiros de Castro conta que indagou o destino de Rubens, mas recebeu a recomendação de que se aliviasse apenas à própria família.

Em 30 de junho de 1971, Cecília Viveiros de Castro escreveu uma carta a Rubens Paiva. No primeiro parágrafo, explica as suas razões para fazê-lo.

— Tendo lido nos jornais — escreveu ela — notícias desencontradas e mesmo alarmantes, imagino o sofrimento da senhora e das meninas, minhas ex-alunas no Colégio Sion, nesta fase de incerteza quanto ao paradeiro do Dr. Rubens. Gostaria de minorar, de algum modo, a sua angústia, dando-lhe conhecimento do que sei a respeito de seu marido.

Na carta, com três páginas manuscritas, Cecília relata os contatos com Rubens. Não faz referência a acusações na III Zona Aérea ou na PE, confirmando apenas a transferência:

— No dia 20 de janeiro último, estando eu no quartel da III Zona Aérea, próximo ao aeroporto Santos Dumont, quartel onde permaneci algumas horas, fui transportada por elementos que usavam traje esporte e se diziam das Forças Armadas, para o quartel da Polícia do Exército — o Codí — que era mencionado pelos mesmos elementos como "o aparelho". Sentado, a meu lado, no automóvel, estava seu marido, o Dr. Rubens Paiva.

Ela descreve, ainda, que ouviu, no mesmo dia, a voz de Rubens sendo interrogado e supunha que estava ao seu lado, embora não pudesse vê-lo porque tinha a cabeça coberta por um saco. Na noite de 20 para 21 de janeiro, disse ter ouvido a voz de Rubens, à distância, clamando o nome de sua filha, Eliana. Segundo Eulene Paiva, era rotina na PE: de 15 em 15 minutos, os carcereiros batiam na porta, acordando os prisioneiros, dos quais exigiam declaração completa de nome. Falecia, para Rubens, uma prática destinada a quebrar o moral.

— Ainda na manhã do dia 21 — diz Cecília na carta — ouvi o Dr. Rubens pedindo água e esta foi a última vez que ouvi sua voz, pois, na tarde desse mesmo dia fui transportada para outro local.

As omissões

Cecília Viveiros de Castro não recebe jornalistas. O marido, que é advogado, assume inteira responsabilidade pelas informações dela a respeito do caso. A versão do espancamento e da acaresação na III Zona Aérea foi lhe exibida, já por escrito, juntamente com todos os documentos e atos pessoais que foi possível reunir. Eurico Viveiros de Castro, ao possível indignado, negou a inteireza, assegurando que Cecília e Rubens só estiveram juntos uma única vez durante a transferência da III Zona Aérea para a PE.

Ele contou e reafirmou, em três contatos sucessivos, que Rubens, durante a transferência, estava deitado no fundo do carro e machucado. O último contato, acrescentou, foi de viva voz, o ex-deputado se queixava de dificuldades de respiração. Na carta, Cecília conta que Rubens estava sentado a seu lado, no carro.

Quanto à acaresação — negada com veemência por Eurico, que cita o testemunho de duas filhas do Sion que assistiram a uma conversa entre Cecília e Eulene Paiva — há uma nova contradição. Em carta dirigida ao então líder da Opção na Câmara, Deputado Pedroso Horta, Eulene Paiva relata o seguinte:

— Alguns dias após (ela está se referindo à sua libertação, na Polícia do Exército) procurei Dona Cecília Viveiros de Castro em sua residência, acompanhada por duas filhas do Sion que estavam com ela no dia de sua prisão. A certa altura, ela nos contou que no dia 20 de janeiro, à tarde, fora acaresada com Rubens no quartel da 3a. Zona Aérea, ao lado do aeroporto Santos Dumont, e que mais tarde foram os dois conduzidos para o CODI, no quartel da PE da Barão de Mesquita, onde ficaram presos.

Esta carta de Eulene, reproduzida em papel timbrado do Congresso Nacional, chegou ao conhecimento do Conselho de Defesa da Pessoa Humana, em 1971. Depois de solta,

num contato com o advogado Lino Machado, Cecília Viveiros de Castro contou-lhe a transferência de Rubens, no fundo do carro.

Embora o pormenor não conste das cartas que escreveu pedindo ajuda para a localização do marido, Eulene Paiva lembra mais um detalhe do relato de Cecília Viveiros de Castro: com o testemunho das duas filhas do Sion: na acaresação, com os braços para o alto, ela sentiu-se mal e quase chegou a desmaiar.

O CODI passou recibo

— Ao sair da prisão, no dia 2 de fevereiro de 1971, às 18 horas — final do 13º dia de detenção — Eulene Paiva pôde comprovar, de vez, que estava realmente na PE. Ao sair, teve a surpresa de ver, estacionado no pátio interno do quartel, o carro do seu marido. O automóvel, um Opel Kadet, foi devolvido no dia 4 de fevereiro à sua irmã, Renée Paiva Guimarães.

O excesso de zelo do oficial responsável pela guarda do veículo daria à família o primeiro documento comprobatório da prisão de Rubens. O carro só foi devolvido mediante um recibo, em papel timbrado do Ministério do Exército — I Exército — DOI, que Renée assinou e do qual levou uma cópia. Este documento foi peça básica dos três pedidos de habeas-corpus impetrados pelo advogado Lino Machado para localizar e identificar a autoridade que deteve o ex-Deputado.

A esta altura, todos os amigos de Eulene já tinham elementos e informes para deduzir a morte de Rubens, mas nenhum deles comuniquei qualquer suspeita a Eulene, que prosseguiu sua busca. Numa das vezes foi à PE ver se conseguia obter algum indício do marido. O pretexto era pedir de volta a agenda pessoal que ele havia deixado lá. Ela não pôde, porém, durante várias horas, ela esperou, fora do portão, sempre olhando esperanças, até que um oficial, provavelmente comovido pelo caso, lhe entregou a agenda. Ela não sabia, porém, que Eulene, Dona Eulene. Os homens não só devolver o que a senhora quer. Não adianta ficar aqui. Outras tentativas foram feitas, uma delas através de um médico, amigo da família, que foi levar remédios para Rubens. Os remédios foram recebidos e as esperanças pareciam renascer.

Para Eulene, eles acabaram bruscamente, 20 dias após sua soltura, ao ler no Jornal da Tarde de São Paulo, a notícia da morte de um bandido, no Rio, na qual seu marido era apontado como detentor por um oficial que se referia à sua fuga durante um sequestro no Alto da Boa Vista.

A crônica do ano de 1971 é repleta de citações, reuniões e debates sobre o paradoxo e Rubens Beltroni Paiva. No Congresso Nacional, os debates provocaram momentos de grande agitação — de um lado, Pedroso Horta, de outro Eurico Besenide, então líder da maioria. O então Deputado e hoje Senador Marcos Freire publicou, em separado, um documento sobre o assunto. Foi o Deputado Nina Ribeiro quem leu, em plenário, a emenda ao I Exército dando a versão oficial de sequestro.

Ocorreram encontros na casa de ex-ministros, inclusive militares, entre ministros em exercício e a imprensa, mesmo sob censura, não deixou de registrar todo o debate jurídico em torno da questão. O caso de Rubens Paiva praticamente encerrou a atuação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, cujas sessões, a partir dele, passaram a serem desastrosas, mais a levar atos do Congresso, até cessarem de vez.

Para o público a história oficial de Rubens estava encerrada desde 24 de fevereiro de 1971. O Diário Oficial da União, desse dia registrou o expediente do Superior Tribunal Militar de 16 de fevereiro, comunicando a determinação de seu presidente, Brigadeiro Armando Perdigão, datada de 8 de fevereiro, para que fosse julgado o caso de Rubens Paiva. CP de 2 de fevereiro de 1971. Ali há apenas uma citação do oficial originário do I Exército: "Segundo informações de que dispõe este Comando, o sequestro de Rubens Paiva ocorreu no Rio de Janeiro, para ser inquirido sobre fatos que denunciavam atividade subversiva, teve seu veículo interceptado por elementos desconhecidos, possivelmente terroristas, empreendendo fuga para local ignorado, o que está sendo objeto de apuração por parte deste Exército".

Rubens fugiu. A garantia era o I Exército, 13 dias após sua prisão. E isso é tudo na história oficial de Rubens Beltroni Paiva. E escapou dos órgãos de segurança.

Alli está arquivado o atendimento, às 5h15m de 22 de janeiro de 1971, pelo então Destacamento 14 (atual Destacamento 7, que funciona em frente à 19a. Delegacia Policial, na Tijuca) que chegou ao local com o carro ainda em chamas. Os bombeiros foram chamados pela poli-

— Era um dia de muito calor e até me sentia mal. Quando perguntei pelo Rubens e ela falou aquilo, espontaneamente, senti vontade de vomitar e pensei logo: Rubens está morto — contou o médico.

Ali está arquivado o atendimento, às 5h15m de 22 de janeiro de 1971, pelo então Destacamento 14 (atual Destacamento 7, que funciona em frente à 19a. Delegacia Policial, na Tijuca) que chegou ao local com o carro ainda em chamas. Os bombeiros foram chamados pela poli-

No registro da Delegacia, há referência a um sargento de nome Amaro, que dirigiu o combate o fogo. O registro dos bombeiros, bastante detalhado — é rotina ao fim de um serviço — informa que o comandante da guarnição era um oficial de nome Calisto. Usando água (uma das mangueiras furou) os bombeiros trabalharam durante 40 minutos pa-

O carro é identificado como de propriedade do Ministério do Exército e, no final, nas observações, está contado o ataque por elementos armados, uma vez que o veículo tinha furos de bala. No registro dos bombeiros não se consigna a existência de vítimas naquele local.

Para o maior sindicante, os agentes de segurança não praticaram ato que merecesse reprovação; ao contrário "demonstraram iniciativa, coragem e um elevado grau de instrução, em face da surpresa e da superioridade dos elementos desconhecidos".

"Na refrega" — escreveu o major — "houve a evasão do senhor Rubens Belrodt Palva para um local ignorado, não sabendo as autoridades de segurança o seu paradeiro, de vez que a preocupação dos referidos agentes era a de se defender e também a do acompanhante, cujas consequências foram a queima do carro e a interrupção das diligências que estavam se processando".

O registro policial e a sindicância não indicam, em trecho algum, que o carro que os agentes de segurança tivessem alguma cobertura, prática considerada obrigatória, de rotina mesmo, por militantes de esquerda, quando a sua presença à iminência de perigo, pois nos dois relatos e apesar do "seu elevado grau de instrução" os ocupantes do carro do CODI não perceberam que estavam sendo seguidos. Foram surpreendidos, é a sindicância que afirma, às 4h30m, ainda escuro, de madrugada, numa estrada praticamente deserta, por dois automotores de uma "patrulha de segurança do exército", na expressão de um militante paraguista que esteve ligado a órgãos de segurança.

A sindicância e o registro policial não esclarecem, também, as condições em que Rubens estava dentro do carro — livre ou algemado, ao lado de um ou entre dois agentes — mas deixou claro que ele saltou pela esquerda, enquanto os agentes (inclusive o motorista, no caso o Capitão) saltavam fora pela direita.

No registro policial consta que a primeira pessoa a passar pelo local do se-

questo foi o agente fiscal do Estado do Rio, José Roberto Alcântara Nunes, que ao ser procurado frisou seu parentesco com o Almirante Heleño Nunes da CBD. Ele conta que, ao passar pelo gabinete de Alcântara, percebeu que havia, ao lado, três homens em uniformes civis (calças Lee); os três portavam metralhadoras de um tipo que julgou bem moderno, as quais empunhavam com o cano virado para o alto. Nunes afirma que teve medo de parar, mas conseguiu se aproximar e perguntar se precisavam de ajuda. A pedido dos militares, segundo relatou, foi à 19a. Delegacia Policial para comunicar o incidente. Fez mais: voltou ao local, acompanhando o comissário de polícia; a esta altura, lem-

Nunes se lembra de que os novos agentes — " um deles era um sargento barbudo, de calça Lee " — passaram pela delegacia antes de se dirigir ao local, já com a polícia civil. No local, quando voltaram, segundo o relato de Nunes, não havia mais bombeiros. Ali, ele pôde assistir ao trabalho dos peritos militares ("ainda estava escuro e fizeram fotos com flash"). No que examinaram o carro

Ele disse que não escutou tiros, mas pôde ver, durante o incêndio, que o carro estava furado à bala, com o capô levantado e rente ao meio-fio, como se tivesse sido estacionado. Nunes não consegue precisar, mas acha que as portas do carro, quando ardia, estavam fechadas — "pelo menos encostadas".

Ao contrário do comportamento habitual adotado durante diligências que envolviam aspectos relativos à segurança, a presença de um curioso, civil, no local do sequestro, não chegou a inibir os agentes de segurança — os do sequestro e os que chegaram depois — que comentaram, abertamente, os detalhes do incidente e sobre o preso que conduziam.

Está claro, também, que os mesmos agentes se preocuparam primeiro em chamar a polícia civil, para registrar o fato. A iniciativa de chamar o CODI,



segundo todos os depoimentos obtidos, partiu da policia civil. Nunes se lembra bem da calma dos agentes, que assistiam o carro arder: "Se fosse meu, eu jogava areia, batia com uma camisa, fazia qualquer coisa".

O testemunho de Nunes deixa claro, definitivamente, que não havia cobertura para os agentes de segurança e, mais do que isso, eles não acreditavam na possibilidade de um novo ataque, no caso apenas contra eles, hipótese que deveria ser considerada por homens de segurança adequadamente preparados, segundo

Nunes diz não se lembrar de ter visto marcas de tiro, além das perfurações no carro, ou cápsulas no chão. Os agentes de segurança comentavam entre si que o preso era um gordo, ex-deputado cassado, cardíaco (razão pela qual, diziam, não tomaram providências para contê-lo) e que fugira atravessando em diagonal a Avenida Edson Passos escondendo-se do outro lado.

Os agentes de segurança justificaram para Nunes, segundo ele conta, o fato de o capô estar aberto. Ficou escancarado — e capô aberto, em Volkswagen sedan, dá acesso ao tanque — em consequência de uma batida ao serem fechados pelos sequestradores. Fotografias tiradas no local (outra providência dos órgãos de segurança foi convocar a imprensa para fotografar o local e o carro) não mostram indícios de qualquer choque de veículos.

O local do sequestro está hoje como era na madrugada de 22 de janeiro de 1971. A diferença é que na Cascata Saudade, 23 metros distante do local em que o carro se incendiou, surgiu um centro de macumba. Tudo o mais — muros de arrimo, muretas, calçadas, árvores e postes — ainda está lá. No lado esquerdo, para quem sobe a Av Edson Passos,

O carro ficou estacionado rente ao meio-fio. Nas fotografias da época, há marcas de pneus, no asfalto, na frente dele. Dois postes servem de referência, no registro policial, e, juntamente com as fotografias, permitem localizar com precisão o local em que o carro ardeu. Foi do lado direito, descendo a avenida, exatamente no ponto de uma curva, que o veículo tropeçou sobre um paralelo a uma encosta de pedras com mais de 25 metros de altura e que cai, abruptamente, quase em ângulo reto com as pistas, além de estar coberta de vegetação. Não há alibi possível.

Esta formação rochosa começa na cascata, prossegue ao longo da avenida até 25 metros além do ponto onde o carro estava e aí começa um muro de arrimo que tampouco serve de abrigo. Ainda do mesmo lado da estrada, 23 metros distante do carro incendiado, subindo em direção ao Alto da Boa Vista, justamente na cascata, há um abrigo precário: uma mureta de 40 cms de altura, que daria para esconder alguém, colocando-a em posição de desvantagem para responder a fogo.

Um pouco além da mureta, existe um bueiro hoje cheio de lixo, tendo no

fundo uma grade que dá passagem a água da cascata para o outro lado da estrada. Quem procurasse abrigo ali, além do risco de fraturas, ficaria totalmente isolado, sem ver a estrada. Não devem ter procurado abrigo ali, pois houve tiroteio com os sequestradores, garante o documento oficial que elogiou os agentes.

O único a atravessar a Avenida Edson Passos foi Rubens. Pela sindicância, os agentes abrigaram-se do lado direito. Assim, eles correram 23 metros, sob fogo intenso de metralhadoras e não foram atingidos pelos sequestradores, que demonstraram pontaria para alvejar o veículo. Os militares não poderiam utilizar o carro como abrigo, pois estava em chamas. Mesmo em evidente desvantagem, os militares descreveriam, em detalhes, mais tarde, o ataque e a fuga de Rubens.

No lado esquerdo da estrada, ainda para quem desce em direção à Tijuca, há um muro de pedra; fica do outro lado das pistas, em relação ao carro incendiado. Dele, quem passa pela avenida, vê somente uma mureta de 40cm de altura e igual largura. A mureta é apenas o topo de um muro cuja altura varia entre 2,70m e 3,40m, e que delimita um terreno em nível inferior ao da estrada. Pular ali, no escuro, seria fatalmente desastroso.

A sindicância do I Exército assegura, contudo, que eles acharam um local suficientemente seguro — um muro, está escrito — para trocar tiros e acompanhar a movimentação dos sequestradores. O documento precisa que Rubens atravessou a pista, escondendo-se atrás de um poste; se ele correu para o poste 348, em diagonal, no sentido de quem sobe, correu 17,30m sob fogo de armas automáticas; se escolheu o outro poste, mais abaixo, o 350, correu 14,5m.

Em qualquer hipótese, repetiu em sentido inverso, um dos trajetos para entrar num carro e fugir. Isto significa que Rubens, aos 41 anos, gordo, hipertenso, cardíaco e diabético — e que além disso fora visto algumas horas antes bastante machucado e com dificuldades para respirar — correu um mínimo de 25 metros, em meio a fogo cruzado, após sair do banco traseiro esquerdo de uma Volkswagen alvejado por 24 tiros, cinco dos quais alojados justamente no local em que deveria estar. E o carro estava em chamas.

A pericia do 1º Batalhão de Polícia do Exército não foi tornada pública, nem a sindicância do Major Ney Mendes ou o registro policial fazem referência ao número e à distribuição dos tiros no carro. Tais detalhes foram registrados pelos jornais da época de forma coincidente.

No carro, ficaram marcas de 24 perfurações de bala, assim distribuídas: cinco na lateral esquerda traseira, cinco no para-lama traseiro esquerdo, dois no capô, quatro no para-lama dianteiro esquerdo, sete no tanque de gasolina e uma na moldura interior do para-brisa dianteiro, em frente ao banco do motorista. Fotografias tiradas na época, pela imprensa, confirmam o fato e deixam dúvidas apenas quanto a um tiro que atingiu o tanque de gasolina, mas não deixou vestígios de sua passagem pela lataria externa.

sequ

-É

preciso
ou lesa
ditar n

E Ainda
anos,
ra o jurista José
presidente da OAB
da Fazenda no GO
de quem foi amigo
tração de não poder
clarecer os pontos
desaparecimento
Palva

A sindicância convocou, como membros do Conselho Direto da Pessoa te liquidado em con por iniciativa de s Ministro da Justiça dívidas foram ale passaram a Justiça a imprensa e a li sociedade. Inutilm

O desaparecimento e a prisão de sua esposa, que haviam pedido ao Congresso, o então senador Marcos Freire,

— Enquanto o
neca, o advogado
haberes corpus nº
pedido de informa-
236 de 29 de jane-
respondido em 3
Data anterior, nes-
a informação do E-
cício. Coisa curiosa
nho a cópia, esqui-
data. Esta em bra-
de 1971. Diz que a
se encontra por
de qualquer OM
deste Exército. E
ria Eunice esteve e
te até as 13h30m.
É este ofício, que
sivelmente na ves-
ter entrado no dia
Dona Eunice não
por ordem ou a
sem referir que a
poucas horas antes

— Outro habi-
guiu o de nv
em favor de Ruben
hante foi prestado
não estava preso
vesse sido soldo co
ate hoje (no caso)
Ra, diante desta
Exército a Prosta
Militar entendeu
No entanto, ha alg
tos indistintivos:
mesmo guio o
companhia dos f
Esse automóvel q
cuo conforme re
quartel da Barão
foi devolvido à f
va. Ele foi preso p
pente Dona Ma
Eliana. Estas for
aque e quartel. Na
o ho ha alusão a
bens: Re:rdi Pa va
a do Bos Vira,
por agentes de seg
de Terrosas no

E preciso ser muito deformado ou leso da cabeça para acreditar neste sequestro.

E Aínda hoje, passados setenta e sete anos, o tom é forte, mas para o jurista José Cavalcanti Neves, presidente da OAB e Procurador-Geral da Fazenda no Governo Castelo Branco, de quem foi amigo pessoal, ficou a frustração de não poder, como pretendia, esclarecer os pormenores da prisão e desaparecimento de Rubens Beidron Palva.

A sindicância do I Exército não convenceu, como não convenceu muitos dos membros do Conselho de Defesa da Pessoa Humana, praticamente liquidado em consequência do episódio por iniciativa de seu presidente, o então Ministro da Justiça Alfredo Buzaid. As dúvidas foram alem e da Justiça Civil passaram à Justiça Militar, ao Congresso e imprensa e a importantes setores da sociedade. Inútilmente.

O desaparecimento de Rubens Paiva e a prisão de sua mulher, Eunice, motivaram pedidos de habeas-corpus. No Congresso, o então Deputado, hoje Senador Marcos Freire, resumiu a questão:

Enquanto presa Dona Maria Euzébia, o advogado da União Impetrante, habere corporis nº 30.379 em seu favor.

A respeito de 23 de janeiro de 1971, veio a responder em 3 de fevereiro de 1971 que não encontrou a ordem ou disposição para a informação do Estado Maior do I Exército. Coisa curiosa: no ofício, e aqui se vê, não a cópia, esqueceram de colocar carta. Está em branco, amarelo, febreira de 1971.

No dia 16 de fevereiro de 1971, quando se encontra a ordem ou disposição de qualquer OM (organização militar) Destacamento, Euzébia, Euzébia, Euzébia Exercito, E. no entanto, Dona Maria Euzébia estava e estava naquele lugar até as 18h30m do dia 2 de fevereiro de 1971. Ela chegou lá às 18h30m, provavelmente na véspera, sem data, de ter entrado no dia 3. Apenas dizendo que Dona Euzébia não se encontrava pronta por ordem ou a disposição do Exército.

Uma coisa curiosa: ela não tinha poucas horas antes havia sido solta.

guil — Outro habitante do nº 30331 foi impedido de sair de casa por não ter o documento em favor de Rubens. Informação sempre elanhante foi prestada dizendo-se que o proprietário não estava em casa e que talvez tivesse sido sóto como ainda não o está hoje (no caso 4 de junho de 1971). Ora diante destas informações, do fato de que o proprietário não estava em casa, a Militar entendeu prejudicado o pedido. No entanto, há alguns dados, alguns já mencionados, que permitem concluir que o mesmo gniou o automóvel, tendo p companhia dos agentes de segurança pública, e que, portanto, não houve nenhuma culpa, nenhuma reação que mostrasse qualquer desaprovação ou desconfiança do quartel da Barão de Mesquita, na H. e foi devolvido à família de Rubens Paiva, com a seguinte declaração: "O veículo foi encontrado no nº 30331, na casa de Rubens Paiva e sua esposa Maria Eunice e a jovem Eliana. Estas foram conduzidas para a casa do proprietário e a seguinte declaração foi dada: 'Há alguns dias que o paciente Rubens Paiva foi levado para a casa de sua esposa, quando era conduzido por agentes de segurança pública, e não houve nenhuma reação ou desconfiança de terroristas no seu resgate'.

— Ora, há conflito de informações. Ninguém que prenderam o homem e, ao mesmo tempo dizem que ele teria sido resgatado quando conduzido por agentes de segurança.

Dúvidas no STM

O pronunciamento do Deputado dá, em seguida, os decodamentos do caso no Superior Tribunal Militar.

— O bravo advogado da família entrou, assim, com um novo pedido de habeas corpus, porque é patente o conflito entre as informações negativas e as fatos ocorridos. Este habeas corpus foi ao STM e aí, mais uma vez, a Procuradoria-Geral, através do procurador-geral Jaci Guimarães Pinheiro, sugeriu que o STM não tomasse conhecimento do habeas corpus, em vista da negativa feita pelas autoridades militares.

— Mas naquele tribunal — prosseguiu — vozes se levantaram e o ministro Alcides Carneiro declarou, e está a uma publicação do insuspeto jornal O Globo, o seguinte: "não podemos ficar de braços cruzados por considerar o caso de suma gravidade. Temos que saber o destino do paciente, se está morto ou vivo".

— O Brigadeiro Grum Moss, num aparte, disse que o procurador-geral tinha obrigação de investigar o caso. E para honra do STM, foi decidido, por unanimidade, inclusive com reconsideração dos votos já dados por alguns militares, que os autos devam balizar em diligência para as autoridades do I Exército prestarem novos esclarecimentos, em virtude do conflito de informações. A sessão, realizada em 5 de maio de 1971 pelo STM. A controvérsia, a dúvida, o paradoxo das informações, tudo isso se configura tão grave que o próprio STM, ressaltando a sua competência, dizendo especificamente "em virtude do conflito de informações anteriores". Portanto, não é um jogo de palavras, mas um lance de coragem do Superior Tribunal Militar.

Na 57ª sessão do STM, em 2 de agosto de 1971, o advogado Nêlio Machado perdeu mais um habeas corpus, o de número 30389, cujo relator era o Ministro General Jurandir Bizarria Mamede. A respeito do caso, ele afirma: "face das informações da autoridade havia como costora, de que o paciente já não se encontra preso, o Tribunal, por unanimidade, votou, julgando o pedido, sem prejuízo de apuração na forma da lei dos fatos objeto das diligências em curso no comando do I Exército".

Nesta época, o comandante do I Exército por ocasião do desaparecimento de Rubens Beltrão Paiva, General Sizen Sarmento, integrava o quadro de Ministros do STM, para onde foi em maio de 1971.

Hoje, quem quiser consultar os processos de habeas corpus que tratam do desaparecimento de Rubens Paiva encontrará muitas dificuldades. Passados anos, a respeito do caso, foi para o arquivo do STM — onde estaria a disposição para consultas. No Tribunal, nos últimos três meses foi sempre obtida a mesma informação: "o caso está no Rio, como Ministro Bizarria ou com o I Exército".

Procurado em sua casa, o General Jurandir Bizarria Mamede não confirmou nem desmentiu que estivesse com ele. "Se estiverem certos, vocês vão vê-lo no Tribunal", disse antes de fechar a porta. Num segundo contato, por telefone, não forneceu pistas sobre a direção dos processos, mas fez questão de explicar que não podem ser consultados por qualquer pessoa interessada, apenas pelo advogado, o que não é verdade porque mesmo os processos que correm em segredo de Justiça tornam-se públicos depois de sentença transitada em julgado.

Está faltando um IPM

Por duas vezes, quando examinava os pedidos de habeas corpus, o STM insistiu para que a Procuradoria Geral da Justiça Militar apurasse o desaparecimento de Rubens Paiva, deixando claro que a sindicância do I Exército — o único documento oficial e público sobre o sequestro — não encerrava o assunto. A exigência do STM é normal, dentro dos preceitos do Código Penal Militar.

O artigo 179 do Código Penal Militar prevê o seguinte: "Deixar, por culpa, fugir pessoa legalmente presa com vista a sua guarda ou custódia, pena de 3 meses a 1 ano, se o crime não for cometido em caso de guerra". O Artigo 121 do mesmo Código prescreve que "a ação penal somente pode ser promovida por denúncia do Ministério Público da Justiça Militar".

Outro código, o de Processo Penal Militar, em seu artigo 29, reproduz o Artigo 121 do CPM e no Artigo 30 acrescenta: "A denúncia deve ser apresentada sempre que houver, a prova de fato, que em tese constituía crime, b) indícios de autoria".

O advogado Nêlio Machado, ao citar tais artigos, não tem dúvidas, do ponto-de-vista estritamente legal, de que a Procuradoria Geral da Justiça Militar está obrigada a denunciar os três militares que conduziram Rubens Paiva, merão da questão — sua culpa ou não — só poderia, no seu entender, ser julgada pela Justiça Militar. Do ponto-de-vista legal, a sindicância do I Exército não encerra a questão. Hoje, o STM prescreve a ação penal contra os militares.

No pronunciamento no Congresso, o então Deputado Marcos Freire, assinalou outras ilegalidades no caso. Suas palavras: "Queremos o respeito às leis do país; o respeito, por exemplo, ao Artigo 221 do Código de Processo Penal Militar, que exige a prisão a prisão mediante ordem escrita da autoridade competente. E a prisão de Rubens, bem como a de sua esposa e de sua filha menor não foram acompanhadas de ordem competente alguma. Sem isso, senhor presidente, não podemos deixar de acusar os nossos deputados, a prisão de Rubens Paiva se transforma num verda-

dado sequestro, com a agravante de que está sendo feito não por grupos descontrolados, não por grupos terroristas, mas por agentes de segurança do Governo".

Com o voto do Ministro Alfredo Buzaid, que na segunda quinzena de julho de 1971 presidia o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o caso Rubens Paiva foi arquivado. O Ministro votou para desamparar, pois o conselho estava igualmente dividido: quatro queriam o arquivamento; quatro queriam que o Conselho, de acordo com suas atribuições, criasse uma comissão especial para investigar o caso.

Pelo arquivamento, votaram o Deputado Geraldo Freire, líder do Governo, Senador Eurico Resende, relator do processo, Benjamim Albagli, presidente da Associação Brasileira de Educadores, e Pedro Calmon, professor de Direito Constitucional. Contra votaram o Deputado Pedroso Horta, líder da Oposição, o Senador Nelson Carneiro, o Senador Danton Jobim (presidente da ABU) e o jurista José Cavalcanti Neves, da OAB.

Cavalcanti Neves explica hoje, mais uma vez, o seu voto, que na época chegou a surpreender: "só porque servi a Governo revolucionário não tinha o direito de prevaricar". Ele lembra bem do clima da reunião, com desavenças pessoais entre Pedroso Horta e Eurico Resende, este irritado porque tão logo após a reunião, o próprio relator do processo, Eurico Resende, Pedroso Horta falou que sabia, de antemão, como ele votaria, daí ter-se preparado — e este foi o motivo da briga.

As desavenças entre os dois prolongaram-se no Congresso, onde foram distribuídas as teses escritas à imprensa. O Senador Eurico Resende no seu texto, classificou Pedroso Horta de "delinquente verbal, batallioner", dizendo, num trecho, "oposição maliciosa, de ataque, a usina da injúria, da calúnia, da temeridade e da levandade, em favor do mercado das suas massificações políticas, o iliberalismo se despoja, numa autogênese irreparável, da credibilidade". Pedroso Horta havia divulgado o resultado da reunião, em maio de 1971, quando a determinação do Governo, o que motivou o discurso de Resende. Foi a última grande batalha política de Pedroso Horta.

José Cavalcanti Neves só conhece, a respeito de Rubens Paiva, os documentos oficiais que chegaram ao Conselho o noticiário nos jornais da época. Logo após a votação, que só foi possível graças à intervenção dele, em conversa com o jornalista Fernando Sizen Sarmento, ele votou para que o caso fosse examinado na sessão em que foi arquivado o ex-Presidente da OAB, numa viagem a Brasília, ele avisou ao pai Paulo, dono da imprensa, que a identidade resguarda, que "Burnier queria sua cassação e dos outros que votaram contra o arquivamento". Brigadeiro João Paulo Burnier, que na época comandava a III Zona Aérea.

Quanto à última sessão, Cavalcanti Neves, bem humorado, lembrou um detalhe: O Albagli sempre sentava do meu lado. Nesta sessão colocaram ele longe de mim.

Alguns arranhões

No dia 30 de junho de 1971, em papel timbrado da firma Paiva e Cia, o então Ministro Alfredo Buzaid recebeu, em mãos, carta assinada pelo Sr. Jaime Almeida Paiva, pai de Rubens, e Cassio Mesquita Barros Júnior, seu genro. A carta tem dois parágrafos.

"Dirijo-me a Vossa Excelência, presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, para que na próxima reunião do colégio Conselho confirme a informação que prestou na entrevista que mantive na residência de Vossa Excelência, em São Paulo, sábado de Carnaval, dia 20 de fevereiro pp, em companhia de minha esposa, dona Maria Eunice Faciolio Paiva e de meu genro, Dr. Cassio Mesquita Barros Júnior, no sentido de que meu filho Rubens Paiva estava preso pelo Exército para apuração de subversão. Mais que aguardasse de uma semana a 15 dias, pois, nesse prazo a apuração estaria concluída e, se não estivesse, Vossa Excelência iria ao Ministério do Exército a quem, por lei, estavam afetas estas apurações.

A gravidade do caso que envolve uma vida humana, exatamente a de meu filho, a falta de notícia apesar da segunda entrevista que sozinho mantive com Vossa Excelência no gabinete da Praça da República, em São Paulo, há mais de dois meses sobre o mesmo assunto, e ainda dos reiterados pedidos de resposta junto ao mesmo gabinete, me levam a este pedido, bem como a encaminhar cópia da presente carta aos eminentes membros do aludido Conselho".

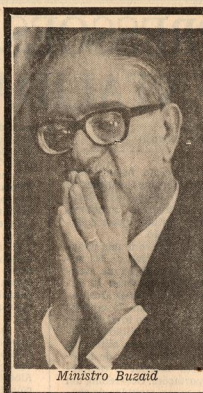
— Não tinha sido esclarecida.

— Na época, era prática comum o chamado de jornalistas pelos órgãos de segurança. Quando os jornalistas eram feitos no Quartel-geral do I Exército) para entrega de textos microfilmados, em papel timbrado, com uma fotocópia e timbres. As ações eram geralmente atribuídas a "órgãos de segurança" sem identificar a unidade responsável.

Juntamente com os textos, era feita uma recomendação verbal. O jornalista deveria rescrever, na forma de redação própria ao seu órgão, as informações, sem acrescentar — e isto era bem frisado — detalhes. Assim, quando ocorria a divulgação, o público era levado a crer que lia uma notícia apurada no local pelos próprios jornalistas.

— Era proibido a divulgação do texto integral, mas as fontes da versão oficial dos fatos tornados públicos, normalmente com uma boa diferença de tempo das ocorrências, nem sempre eram chamados todos os jornais. Nem sempre os jornais seguiam a risca todas as determinações, e pode-se encontrar, em edição do início desta década, os textos integrais. Com relação a assuntos que envolviam se-

O jurista José Cavalcanti Neves conversou com ele, na reunião do Conselho, em caráter particular, a respeito do caso de Rubens Paiva. Ele explicou: "Eu só garanti que o Rubens não estava preso na área "O Ministério da Justiça".



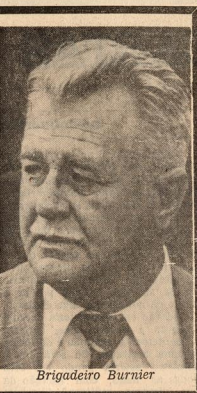
Ministro Buzaid



Pedroso Horta



Gen. Sizen Sarmento



Gen. Bizarria Mamede

Brigadeiro Burnier

NIA BUSCA PELOS CEMITÉRIOS

RUBENS está enterrado como indigente num cemitério do Rio, Caju ou Inhamitã. A informação foi uma das muitas que chegaram aos ouvidos de Eunice Paiva nos meses que sucederam ao desaparecimento do marido. A fonte, um general da ativa, em 1971, merecia crédito. Muita gente acreditou nele, enquanto outros preferiam acreditar que o corpo de Rubens tivesse sido jogado ao mar de um helicóptero, a 40 minutos de voo da Restinga de Marambaia, ainda no Rio.

O mal provável é que Rubens esteja enterrado, mas não em cemitério. A versão do enterro de Rubens nasceu, certamente, de uma notável coincidência: dia 31 de março de 1971, dois meses após seu desaparecimento, e a enterrado numa cova rasa, sob o número 51 437, da quadra 69 do cemitério do Caju, um cidadão de nome Rubens Seixas — o mesmo nome que surgiu na primeira versão do sequestro.

O óbito de Rubens Seixas foi registrado na Cia. Circunscrição, livro c-61, verso da folha 251, sob o número 36 919. Inicialmente, em seu registro, ele era de origem portuguesa, de cor branca, solteiro, com 41 anos de idade que trabalhava como motorista de táxi. Rubens Seixas, de 64 anos, era inspetor de alcaide e morreu em 30 de março de 1971, às 6 horas, no Hospital dos Serviços do Estado. No cemitério não constava nenhum

enterrado, e a 31 de março de 1976, os restos foram trasladados para o cemitério perpétuo 26 238, quadra 43 do mesmo cemitério, pertencente à família Pereira da Rosa.

A dúvida desapareceu após busca no arquivo do hospital. Lá, sob o número 123 924, registro geral, confirmou-se que o Rubens Seixas, enterrado no Caju, era realmente um inspetor de alunos — "um velhinho muito simpático", conforme lembrança espontânea de uma funcionária que teve contato com ele, durante a longa permanência para tratamento.

Para não afastar a hipótese de Rubens Paiva ter sido enterrado como indigente, em qualquer identificação, foi necessária uma peregrinação a vários cemitérios. Resultou inútil. A insistência em esclarecer algo um pouco mais sobre o enterro em cemitério conduziu ao arquivo de óbitos da Santa Casa de Misericórdia. Lá, foram buscados os indícios com características que pudessem coincidir com as de Rubens.

Rubens era um homem gordo, barrigudo, mesmo de pele muito clara, com 1,73m de altura, cabelos ruivos, bigode, olhos azuis, um sinal na parte direita do pescoço, apresentando menos que 41 anos de idade que tinha ao desaparecer.

Apesar da boa vontade da direção, não é fácil consultar o arquivo da Santa Casa, que tem óbitos registrados desde os primeiros anos da Cidade. Segundo um dos diretores, nenhum jornalista, até então, tinha manifestado interesse por aquele arquivo.

De posse de uma lista de 10

óbitos, entre 22 de janeiro e 27 de fevereiro de 1971, e novamente nos cemitérios só foi possível obter uma certeza: não é difícil, muito pelo contrário, entrar num cadáver. No caso, sem qualquer responsabilidade da Santa Casa, que controla a maioria dos cemitérios, recebendo a papelada legal para os enterros e remetendo-os depois ao arquivo.

Em muitos casos os atestados de óbito só permitem supor que se trata de seres humanos, de um sexo determinado e pouco mais que isso.

Um exemplo: dia 15 de fevereiro de 1971 foram enterrados no cemitério de Ricardo de Albuquerque, no Rio, dois indigentes, em covas vizinhas, na quadra 14. Eles tinham as guias 56 e 57 da 27ª Delegacia Policial, datadas de 23 de janeiro. As informações sobre eles se resumem: são dois homens, um com ferida penetrante no crânio e o outro com ferida penetrante no tórax. As demais informações são absolutamente ilegíveis.

A mecânica de legalização de um cadáver é a seguinte, em linhas gerais: jogar o corpo num ponto qualquer e avisar a polícia civil com jurisdição na área, que emitirá uma guia de recolhimento para que o Instituto Médico Legal remova, para autópsia. Decorridos alguns dias após a autópsia, não surgindo um parente que o reclame, após um reconhecimento formal, é enterrado legalmente como indigente.

Se delegações em cujas jurisdições ocorreram os óbitos, no período inicial do desaparecimento de

Rubens, pouco foi possível acrescentar. Há policiais que reconhecem a falha: a falta de informações começa com o recolhimento, prosseguindo até o enterro.

Há quem acredite em outra hipótese para explicar o desaparecimento de Rubens Paiva, a de lançamento de seu corpo no mar. Esta prática foi confirmada por um militar, que a restringiu aos anos 60/70 e a poucos casos. Segundo o militar, o sistema não foi muito usado porque criava problemas operacionais — os agentes precisariam de transportes especiais permanentes a disposição o que provocaria, finalmente, como provocou, suspensas e reações dentro das Forças Armadas.

A verdade sobre o destino do corpo de Rubens Paiva permanece restrita ao grupo que teve participação direta nos atos que antecederam a sua morte, a sua prisão. Qualquer material sobre as versões das diversas versões existentes ficará ao final que há, sempre, uma forte dose de fantasia em cada uma delas. No caso de Rubens Paiva, há um detalhe na sindicância oficial de sequestro que pode ser realçado. Lá, está escrito: "Ao cessarem os tiros dos agressores, para que pudessem embarcar, o equipamento aproveitou a oportunidade para atrair, evitando que fugissem. Os tiros conseguiram quebrar o vidro do traseiro de um dos carros e, com certeza, atingiram um dos elementos com que grilo caiu no chão, sendo arrastado, para dentro do carro, o movimento".

Sua situação poderia, posteriormente, explicar o aparecimento do corpo de Rubens. Desde a época, a imprensa organizou uma comissão assumiu a responsabilidade, no Brasil ou no exterior. Os órgãos de segurança que, na época, distribuíam material aos jornais, para publicação, mencionaram muitas organizações, em situações e episódios diversos, inclusive agências armadas. A imprensa não conseguiu, realmente, levar Rubens. Na sindicância, a responsabilidade é vaga: o sequestro é atribuído a "elementos desconhecidos, possivelmente terroristas".

A família de Rubens Paiva, desde então, jamais recebeu qualquer indicação dele, ou de terceiros, quando foi decidido converter em Rubens esteja vivo. As versões, invariavelmente, são de morte.

Entre os militares há, ainda, a versão do enterro, num cemitério do Rio, talvez mesmo na Floresta da Tijuca, em cova profunda e cheia de cal virgem.

Na hipótese de Rubens Paiva ter sido enterrado como indigente, sua localização é impossível, pois decorridos cinco anos os restos vão para o osário geral. Assim, só restará a eventualidade de um depoimento pessoal sobre seu destino.



Reunião do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, em 14-7-71, presidido pelo Ministro Alfredo Buzaid, da Justiça

TRÁGICA INTERROGAÇÃO

A censura aos meios de comunicação, e sua utilização para divulgar versões oficiais de atividades dos órgãos de segurança, nas quais não eram permitidas informações adicionais, contribuíram para que a morte de Rubens Beltrão Paiva — um dos poucos desaparecimentos que têm registros também nos jornais — não tenha sido esclarecida.

— Na época, era prática comum o chamado de jornalistas pelos órgãos de segurança. Quando os jornalistas eram feitos no Quartel-geral do I Exército) para entrega de textos microfilmados, em papel timbrado, com uma fotocópia e timbres. As ações eram geralmente atribuídas a "órgãos de segurança" sem identificar a unidade responsável.

Juntamente com os textos, era feita uma recomendação verbal. O jornalista deveria rescrever, na forma de redação própria ao seu órgão, as informações, sem acrescentar — e isto era bem frisado — detalhes. Assim, quando ocorria a divulgação, o público era levado a crer que lia uma notícia apurada no local pelos próprios jornalistas.

— Era proibido a divulgação do texto integral, mas as fontes da versão oficial dos fatos tornados públicos, normalmente com uma boa diferença de tempo das ocorrências, nem sempre eram chamados todos os jornais. Nem sempre os jornais seguiam a risca todas as determinações, e pode-se encontrar, em edição do início desta década, os textos integrais. Com relação a assuntos que envolviam se-

gurança havia censura e os jornais só podiam divulgar aquilo que fosse julgado conveniente. O sequestro de Rubens Paiva foi um desses casos.

Todos os jornais do Rio tiveram acesso ao local do sequestro, onde o carro foi fotografado sem restrições, falto inusitado na época, de acordo com a delegacia de polícia com os detalhes da ação. Houve um texto sobre o sequestro, mas não foi distribuído a todos os jornais. Um modo de que os jornais brasileiros coincidam na sua divulgação: terror resgatado preso.

Os jornalistas estrangeiros sediados no País reagiram de modo diverso. The New York Times, edição de 2 de fevereiro de 1971, conta a história do sequestro em reportagem de Joseph Novitski. Ele entrevistou repórteres que estiveram no local e publicou que eles viam marcas de balas apenas no carro. Novitski falou também com um editor de jornal, que não identificou, e foi informado de que o Exército recomendara a publicação da versão policial, sem acrescentar. Ele escreveu, também, a respeito da estranheza ante o fato de a imprensa ser chamada a publicar o caso, uma vez que situações semelhantes, antes dele, não tinham sido comunicadas.

O Washington Post, de 23 de março de 1971, faz uma análise do desaparecimento de Rubens, pelos repórteres Frank Mankiewicz e Tom Braden. Os dois vêem o caso em

função da política norte-americana para a América Latina, ligam Rubens ao inquérito do IBAM, falam de sua cassação em 1964, como Deputado federal e concluem: "A versão da América Latina é o sangue de Rubens Paiva, mas este sangue não está apenas em mãos brasileiras".

Eunice Paiva conta que a reportagem do Post levou-a até a casa de um funcionário da Embaixada americana, em Brasília, onde ela estava muito preocupada com as implicações que o caso poderia ter em seu país e, durante toda a tarde, ela ficou esperando um momento, como se procurasse microfones ocultos na sala e fazia questão de manter uma aparelhagem de som ligada a todo o volume, lembra Eunice.

Logo após o sequestro, foi possível encontrar nos jornais brasileiros uma cobertura de notícias. Em 2 de fevereiro de 1971, em coluna no JORNAL DO BRASIL, sob o título Trágica Interrogação, Triângulo de Rubens, foi publicada a seguinte matéria, pedindo uma explicação para o seu desaparecimento; sobre o sequestro, dir: "Notícia absolutamente inverossímil, desconhecida de qualquer autoridade ou de mais alguma comprovação".

Acompanhando o caso de Rubens Paiva na Justiça Militar, o Congresso e o Conselho dos Direitos da Pessoa Humana, os jornais brasileiros deram muitas informações. As reportagens, em todos os jornais e revistas, e em circuitos nacionais, foram muito detalhadas com relação às reuniões do STM

para discussão de habeas corpus em favor de Rubens.

O JORNAL DO BRASIL publicou em 6 de junho de 1971 o resultado de reunião, no dia anterior, quando foi decidido converter em diligência um recurso do advogado, uma investigação do Ministro Almirante Manoel Cavalcanti. O bombardeio foi preso; mas como o prendeu e por que ele foi preso? O fato e o Exército, a Marinha e a Aeronáutica se recusaram a responder, motivo pelo qual considero o processo mal instruído".

Sobre a mesma reunião, O Estado de S. Paulo, registrou também que o Ministro Almirante Mário Cavalcanti "irritou-se com a inflexibilidade do General Bizarria Mamede, relator da matéria principal, quando decidiu converter em diligência um recurso do advogado, uma investigação do Ministro Almirante Manoel Cavalcanti. O bombardeio foi preso; mas como o prendeu e por que ele foi preso? O fato e o Exército, a Marinha e a Aeronáutica se recusaram a responder, motivo pelo qual considero o processo mal instruído".

Freitas Urutu e Heráclio Dias são repórteres do JORNAL DO BRASIL.